

SUMÁRIO

PARTE I – INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO

1. História do Surgimento e Evolução do Direito do Trabalho	39
1.1. História do Direito do Trabalho no Brasil por meio das Constituições	42
1.2. Natureza Jurídica do Direito do Trabalho	45
2. Fontes do Direito do Trabalho	47
2.1. Classificação Fundamental	47
2.2. Aprofundando o Estudo das Fontes Formais	48
2.2.1. Fontes Formais Heterônomas em Espécie	49
A) Constituição Federal	49
B) Leis	49
C) Medidas Provisórias	50
D) Tratados e Convenções Internacionais	51
D.1) Convenções e Recomendações da OIT	51
E) Sentença Normativa	52
F) Laudo Arbitral	53
2.2.2. Fontes Formais Autônomas em Espécie	55
A) Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho	55
A.1) Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho na Reforma Trabalhista ...	55
B) Regulamento de Empresa	57
C) Contrato de Trabalho e Costumes	57
2.3. Hierarquia das Fontes	58
2.3.1. Peculiaridade da Hierarquia de Normas Trabalhistas	59
2.3.2. Critérios para Determinar a Norma mais Favorável	61
3. Interpretação do Direito do Trabalho	63
A) Gramatical	63
B) Teleológica	63
C) Sistemática	64
D) Histórica	65
E) Extensiva	65
F) Restritiva	65
4. Integração do Direito do Trabalho	67
4.1. Métodos de integração	68
4.1.1. O Direito Comum como Fonte Subsidiária de Integração Pós-Reforma Trabalhista	69

4.2. Detalhando cada método de integração previsto na CLT	71
A) Jurisprudência	71
A.1) Jurisprudência com a Reforma Trabalhista	71
B) Analogia ou Autointegração	72
C) Equidade	72
D) Usos e Costumes	72
E) Direito Comparado	73
F) Princípios	73
5. Aplicação do Direito do Trabalho	75
5.1. Aplicação do Direito do Trabalho no Tempo	75
5.2. Aplicação das Normas Materiais Oriundas da Reforma Trabalhista	78
5.3. Aplicação do Direito do Trabalho no Espaço	81
5.3.1. Lei do Pavilhão ou Bandeira e suas Exceções	82
6. Princípios	85
6.1. Princípios Peculiares do Direito Individual do Trabalho	85
A) Princípio Protetivo ou da Proteção	85
A.1) Princípio da Norma mais Favorável	86
A.2) Princípio da Cláusula ou Condição mais Favorável/Benéfica	88
A.3) Princípio do <i>In Dubio Pro Operario</i>	89
B) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva	89
C) Princípio da Irrenunciabilidade dos Direitos Trabalhistas	91
C.1) Possíveis Momentos da Renúncia	91
C.2) Renúncia via Norma Coletiva	93
C.3) Renúncia Para Empregados com Altos Salários (Hipersuficientes): Efeito da Reforma Trabalhista	95
D) Princípio da Imperatividade das Normas Trabalhistas	96
E) Princípio da Primazia da Realidade sobre a Forma	97
F) Princípio da Continuidade das Relações de Emprego	98
G) Princípio da Irredutibilidade Salarial	100
6.2. Princípios Gerais do Direito Aplicáveis ao Direito do Trabalho	101
A) Razoabilidade	101
B) Boa-Fé	101
C) Não Discriminação	101
D) Dignidade da Pessoa Humana	102

PARTE II – DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

1. Relação de Trabalho e Relação de Emprego – Diferenciação	105
1.1. Requisitos da Relação de Emprego	107

A) Pessoaalidade	108
B) Onerosidade	108
C) Não Eventualidade ou Habitualidade	108
D) Subordinação	109
E) Alteridade	110
1.2. Aplicação Prática e Legal dos Requisitos da Relação de Emprego	112
1.3. Espécies de Empregados mais Exigidas no Exame da OAB e Concursos	113
A) Altos Empregados	113
A.1) Funções de Confiança	113
A.2) Trabalhadores Intelectuais	115
A.3) Empregados com Elevada Remuneração: Produto da Reforma Trabalhista	116
B) Diretores Estatutários e Sócios	119
C) Relação de Emprego entre Familiares	119
D) Aprendiz	120
D.1) Percentuais de Aprendizes e suas Peculiaridades	120
D.2) Requisitos de Validade do Contrato de Aprendizagem	121
D.3) Contratação Prioritária, Jornada, Prazos e FGTS	123
D.4) Extinção do Contrato de Aprendizagem e Normas Coletivas	124
D.5) Aprendizagem e Política Pública sobre Drogas	125
E) Estágio	126
F) Doméstico	129
F.1) Resumo Atual dos Direitos do Doméstico	131
F.2) Jornada de Trabalho	132
F.3) Descontos Salariais	134
F.4) Depósitos Fundiários (FGTS)	135
F.5) Peculiaridade do Vale-Transporte	135
F.6) Justa Causa e Despedida Indireta	136
F.7) SIMPLES do Empregador Doméstico	136
G) Teletrabalho e a Reforma Trabalhista	137
G.1) O Teletrabalhador enquanto Empregado	138
G.2) Transformação de Teletrabalhador em Trabalhador Presencial e Vice-Versa	139
G.3) Instrumentos de Trabalho do Teletrabalhador	139
G.4) Jornada de Trabalho do Teletrabalhador	141
H) Trabalhador Rural (Rurícola)	142
H.1) Indústria Rural	143
H.2) Trabalhadores em Reflorestamento	143
H.3) Trabalhadores no Turismo Rural	144

H.4) Horário Noturno e Intervalo Intrajornada dos Trabalhadores Rurais	144
H.5) Aviso Prévio dos Trabalhadores Rurais	146
H.6) Utilidades Salariais dos Rurícolas	147
H.7) Grupo Econômico no Meio Rural	148
H.8) Trabalhador Rural por Pequeno Prazo	149
I) Mãe Social	150
J) Trabalho da Mulher	151
J.1) Proteção à Maternidade	153
J.2) A Gestante, a Lactante e o Ambiente Insalubre – Reforma Trabalhista e o Entendimento do STF	156
K) Trabalho do Menor	158
L) Trabalho do Idoso	159
M) Trabalho dos Militares	160
N) Atividades de Direção nos Partidos Políticos	161
O) Motorista de UBER e similares	162
1.4. Relação de Trabalho não Empregatícia	165
A) Relação de Trabalho Avulso	165
A.1) Avulso não Portuário	168
A.2) Avulso Portuário	169
B) Relação de Trabalho Eventual	170
C) Relação de Trabalho Autônomo	171
C.1) O Autônomo e a Reforma Trabalhista	171
C.2) O Autônomo e a Portaria nº 349/2018 do MTE	172
D) Relação de Trabalho Voluntário	173
E) Salão-Parceiro e Profissional-Parceiro	173
1.5. Cooperativas de Mão de Obra	175
1.6. Trabalho Forçado, Obrigatório ou em Condição Análoga à de Escravo	176
2. Formalização e Análise do Contrato de Emprego	181
2.1. Carteira de Trabalho e Previdência Social	183
A) Importância como Meio de Prova	184
B) Informações que não Devem ser Registradas na CTPS	184
C) Imprescritibilidade do Direito de Registro da CTPS	185
D) Tempo Mínimo de Experiência da CTPS	185
E) Fiscalização Administrativa de Empregado sem Vínculo Registrado	185
F) Falsificação da CTPS	186
2.2. O Fim do eSocial	187
2.3. O Livro de Registro de Empregados e a Reforma Trabalhista	187
2.4. Contrato de Trabalho: Características	190
2.5. Contrato de Trabalho: Classificações	191

A)	Contrato Expresso e Contrato Tácito	192
B)	Contrato Individual e Contrato por Equipe	192
C)	Contrato por Prazo Indeterminado e Contrato por Prazo Determinado ...	192
C.1)	Contrato por Prazo Determinado da CLT	193
C.1.1)	Regras Relativas aos Contratos por Prazo Determinado da CLT	194
C.2)	Contrato por Prazo Determinado da Lei nº 6.019/74 e a Reforma Trabalhista	197
C.2.1)	Ilegalidade da cobrança de comissão pela intermediação de mão de obra	200
C.2.2)	Precauções contra possíveis fraudes	201
C.2.3)	Aparente contradição na Lei nº 6.019/74 e sua resolução	202
C.3)	Contrato por Prazo Determinado da Lei nº 9.601/98	204
C.4)	Contrato por Obra Certa	205
D)	Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (MP nº 905 de 11/11/2019)	205
D.1)	Beneficiários e Restrições Legais	206
D.2)	Direitos do Empregado	208
D.3)	Prazo de Contratação	208
D.4)	Pagamento Antecipado e FGTS	209
D.5)	Jornada de Trabalho	209
D.6)	Direitos Devidos ao Empregado na Rescisão Contratual	210
D.7)	Qualificação Profissional e Quitação de Obrigações	211
D.8)	Seguro por Exposição ao Perigo e a Polêmica da Periculosidade	211
2.6.	Contrato de Trabalho: Efeitos	212
A)	Efeitos Próprios	212
A.1)	Poderes do Empregador	213
A.1.1)	Poder Diretivo	213
A.1.2)	Poder Regulamentar	214
A.1.3)	Poder de Fiscalização	214
A.1.4)	Poder Disciplinar	215
B)	Efeitos Conexos	216
B.1)	Direitos Intelectuais	216
B.1.1)	Trabalho Intelectual enquanto Razão de Ser do Con- trato de Trabalho	217
B.1.2)	Invenções sem Qualquer Ligação Direta ou Indireta com o Contrato de Trabalho	218
B.1.3)	Trabalho Intelectual Favorecido pelos Instrumen- tos de Trabalho	219
B.2)	Dano moral e a Reforma Trabalhista	220
B.2.1)	Ainda sobre o Dano Moral e a Reforma Trabalhista	223

B.3) Assédio Moral	224
B.3.1) Classificação do Assédio Moral	225
B.4) Assédio Sexual	226
B.5) Dano Estético	226
B.6) O Acidente de Trabalho e seus Efeitos Conexos	227
B.6.1) Responsabilidade Subjetiva por Acidentes do Trabalho	228
B.6.2) Responsabilidade Objetiva por Acidentes do Trabalho	229
B.6.3) Requisitos da Responsabilidade do Empregador e Concausa	230
B.6.4) Dano Moral e Dano Estético Decorrente de Acidente do Trabalho	231
B.6.5) Danos Materiais em caso de Morte da Vítima	232
B.6.6) Danos Materiais em caso de Incapacidade da Vítima	232
B.6.7) PCMSO	233
B.7) Uso da Imagem do Empregado via Fardamento – Reforma Trabalhista	234
B.8) (Im)Possibilidade de Cumulação de Danos Extrapatrimoniais – Reforma Trabalhista	235
3. Empregador	237
3.1. Conceito legal e críticas	237
3.2. Diferenciação entre Empresa e Estabelecimento	238
3.3. Características do Empregador	238
A) Despersonalização ou Impessoalidade	238
B) Assunção dos Riscos (Alteridade)	239
3.4. Grupo Econômico e a Reforma Trabalhista	239
A) Responsabilidade do Grupo e “Lei da Liberdade Econômica”	242
B) Configuração do Grupo Econômico	244
3.5. Consórcio de Empregadores	245
3.6. Dono de Obra	247
3.7. Contrato de Subempreitada	248
3.8. Sucessão Trabalhista	249
A) Responsabilidade das Empresas Envolvidas na Sucessão e a Reforma Trabalhista	249
B) Cláusula de Isenção de Responsabilidade	251
C) Relação entre Sucessão de Empregadores e Hasta Pública	252
D) Sucessão nas Concessões de Serviços Públicos	252
E) Desmembramento de Municípios e Responsabilidade Trabalhista	253
3.9. Responsabilidade do Sócio Retirante	253
4. Terceirização	255

4.1. A Terceirização antes da Lei nº 13.429/2017	255
4.2. A Terceirização após a Lei nº 13.429/2017	257
A) Requisitos do Contrato de Terceirização e Outros Detalhes Importantes	259
B) Quarteirização	260
C) Requisitos para o Funcionamento da Empresa Prestadora de Serviços	261
4.3. A Terceirização no Serviço Público, as decisões do STF e a Nova Lei de Licitações	261
4.4. A Terceirização na Administração Pública Federal e o Decreto nº 9.507/2018	264
5. Jornada de Trabalho	269
5.1. Tempo Efetivo de Serviço e a Reforma Trabalhista	270
5.2. Fiscalização da Jornada de Trabalho	272
5.2.1. Empregados <u>com</u> Jornada Fiscalizada	272
A) Registro de Ponto por Exceção	274
B) Pequenas Variações no Sistema de Controle de Jornada	276
5.2.2. Empregados <u>sem</u> Jornada Fiscalizada e a Reforma Trabalhista	277
A) Atividade Externa Incompatível com Fixação de Horário de Trabalho	278
B) Empregados que Exercem Cargo de Gestão	278
C) Empregados em Regime de Teletrabalho	280
5.3. Trabalho em Sobrejornada ou em Regime de Horas Extras	281
5.3.1. Acordo de Prorrogação de Jornada	281
5.3.2. Necessidade Imperiosa de Serviço	282
A) Força Maior	282
B) Realização ou Conclusão de Serviços Inadiáveis e Aqueles Serviços cuja Inexecução possa Acarretar Prejuízo Manifesto	283
5.3.3. Prorrogação para Recuperar o Tempo Perdido Resultante de Causas Acidentais que Interromperam o Trabalho	284
5.3.4. Acordo de Compensação de Jornada	284
5.3.5. Semana Espanhola e Semana Inglesa	289
5.3.6. Jornada 12 x 36 e a Reforma Trabalhista	289
5.3.7. Hora Extra em Ambiente Insalubre e a Reforma Trabalhista	291
5.3.8. Detalhes para Concurso e OAB sobre o Cálculo das Horas Extras	293
A) Divisor para Apuração do Valor das Horas Extras	293
5.3.9. Supressão de Horas Extras Habituais	295
5.4. Trabalho em Regime de Sobreaviso	295
5.5. Trabalho em Regime de Prontidão	296
5.6. Trabalho em Regime de Revezamento ou em Turno Ininterrupto de Revezamento	297
5.7. Jornada <i>Part Time</i> e a Reforma Trabalhista	299
5.8. Jornada Intermitente: Produto da Reforma Trabalhista	301

A) Formalidade para Contratação e Convocação para o Trabalho	302
B) Pagamento e Férias	304
C) Jornada Intermitente e a Portaria nº 349/2018 do MTE	306
5.9. Horas <i>in itinere</i> e a Reforma Trabalhista	307
5.10. Jornada Especial do Bancário	308
A) Cargos de Confiança Bancários	309
6. Repouso Semanal Remunerado	311
6.1. Aprofundando a Questão do Trabalho “Preferencialmente” aos Domingos	313
A) O Trabalho aos Domingos no Comércio em Geral	313
B) O Trabalho aos Domingos para as Mulheres	313
C) O Trabalho aos Domingos em outras Atividades	314
D) A Situação Especial da Força Maior	315
6.2. RSR Embutido e RSR Pago em Separado	315
6.3. Feriados	316
7. Intervalos para Repouso e Férias	317
7.1. Intervalo Intra jornada e a Reforma Trabalhista	317
A) Cômputo ou não do Intervalo na Jornada de Trabalho	320
B) Consequências da não Concessão do Intervalo Intra jornada e a Reforma Trabalhista	320
7.2. Intervalos Intra jornada Especiais	322
A) Mecnógrafos e Digitadores	323
B) Trabalhadores em Câmaras Frigoríficas	323
C) Trabalhadores em Minas e Subsolos	324
7.3. Intervalos Interjornada	324
7.4. Férias	325
7.4.1. Pagamento das férias	327
A) Hipótese de Pagamento em Dobro das Férias	328
7.4.2. Duração das Férias e a Reforma Trabalhista	329
7.4.3. Fracionamento das Férias e a Reforma Trabalhista	330
7.4.4. Mais duas Novidades da Reforma Trabalhista sobre as Férias	331
7.4.5. Perda do Direito às Férias	333
7.4.6. Abono de Férias	333
7.4.7. Férias e Serviço Militar	334
7.4.8. Férias Coletivas	335
8. Salário e Remuneração	337
8.1. Gorjetas	339
A) Repercussões/Reflexos da Gorjeta	339
8.2. Parcelas Salariais e a Reforma Trabalhista	341
A) Adicionais	343

A.1)	Adicional de Horas Extras	344
A.2)	Adicional Noturno	345
A.3)	Adicional de Insalubridade	348
A.3.1)	Eliminação da Insalubridade	350
A.3.2)	Insalubridade em Atividade Intermitente	351
A.3.3)	Outros Entendimentos do TST Importantes para OAB e Concursos	351
A.3.4)	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)	352
A.3.5)	Agente Nocivo Diverso do Apontado na Petição Inicial	353
A.4)	Adicional de Periculosidade	353
A.4.1)	Trabalhadores Expostos a Riscos de Roubo e Outras Espé- cies de Violência Física	356
A.4.2)	Vigilantes	357
A.4.3)	Trabalhadores Expostos à Energia Elétrica	357
A.4.4)	Exposição Intermitente, Eventual e Proporcional	358
A.4.5)	Outros Entendimentos do TST Importantes para OAB e Concursos	359
A.5)	Adicional de Transferência	360
B)	Gratificações	361
B.1)	Gratificação por Tempo de Serviço	362
B.2)	Gratificação Natalina ou Décimo Terceiro	363
B.3)	Gratificação de Função	365
B.4)	Gratificação Quebra de Caixa	367
B.5)	Gratificação Semestral	368
8.3.	Parcelas NÃO Salariais e a Reforma Trabalhista	368
A)	Ajuda de Custo	370
B)	Diárias para Viagem e a Reforma Trabalhista	371
C)	Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	372
D)	Prêmios e Reforma Trabalhista	373
E)	Salário-Família	374
F)	<i>Stock Options</i>	377
G)	Verbas Indenizatórias	377
H)	Multas	377
I)	Plano de Demissão Voluntária (PDV) e a Reforma Trabalhista	377
J)	Abonos (inclusive do PIS) e Reforma Trabalhista	378
8.4.	Importância da diferenciação entre parcelas salariais e parcelas não sala- riais	380
8.5.	Utilidades e sua natureza salarial ou não salarial	381
8.5.1.	Utilidades não salariais por força de lei	383

8.5.2. Percentual mínimo em dinheiro	384
8.5.3. Percentual de algumas utilidades salariais (inclusive rural e doméstico)	385
8.5.4. Utilidades mais cobradas em exame da OAB e Concursos	386
A) Alimento	386
B) Transporte	386
8.6. Irredutibilidade Salarial	387
8.7. Intangibilidade Salarial e Descontos Salariais	387
8.8. Salário Compressivo	389
8.9. Pagamento do Salário	390
8.10. <i>Truck System</i>	391
8.11. Equiparação Salarial e a Reforma Trabalhista	391
A) Identidade de Tarefas ou Trabalho de Igual Valor	393
B) Mesmo Empregador e Mesmo Estabelecimento	393
C) Tempo de Serviço na Função e na Empresa	395
D) Inexistência de Quadro de Carreira ou Plano de Cargos e Salários	397
8.11.1. Equiparação Salarial de Trabalhador Readaptado	399
8.11.2. Extinção da Equiparação Salarial em Cadeia	400
8.11.3. Equiparação Salarial e Discriminação	401
8.11.4. Equiparação Salarial no Serviço Público	401
8.11.5. Equiparação na Cessão de Empregados	402
8.11.6. Equiparação Salarial, Prescrição Total e Prescrição Parcial	402
8.11.7. Salário Substituição	403
8.12. Acúmulo de Funções	404
8.12.1. O Entendimento Dominante na Doutrina e na Jurisprudência	405
8.12.2. O Entendimento Minoritário na Doutrina e na Jurisprudência	407
9. Alteração do Contrato de Trabalho	409
9.1. Modalidades de Alteração Contratual	411
A) Alterações Subjetivas	411
B) Alterações Objetivas	412
B.1) Promoção	412
B.2) Rebaixamento	413
B.3) Reversão	413
B.4) Aproveitamento	414
B.5) Readaptação	414
B.6) Redução do Salário via Redução da Jornada	414
B.7) Alteração do Horário de Trabalho	415
B.8) Alteração Contratual no Âmbito Público	416
C) Alteração Unilateral e Alteração Bilateral	416

9.2. Transferência do Empregado	417
9.2.1. Distinção entre Transferência e Remoção	417
9.2.2. Transferência Lícita e ilícita	418
A) Extinção do Estabelecimento	418
B) Empregados que Exerçam Cargo de Confiança	418
C) Empregados com Cláusula de Transferência Implícita ou Explícita no Contrato de Trabalho	420
D) Transferência Provisória	421
E) Qualquer Transferência que Conte com a “Anuência” do Trabalhador	422
9.2.3. Ajuda de Custo por Transferência	423
9.2.4. Empregados que não Podem ser Transferidos	424
9.2.5. Empregados que não Podem ser Transferidos – Zona Grise	425
10. Interrupção e Suspensão do Contrato de Trabalho	427
10.1. Hipóteses de Interrupção do Contrato de Trabalho	428
A) Faltas Justificadas	428
B) Férias, Feriados, Repouso Semanal Remunerado e Licença Remunerada	431
C) <i>Lockout</i>	432
D) Incapacidade para o Trabalho por até 15 dias	432
E) Membro de Comissão de Conciliação Prévia (CCP)	433
F) Aborto não Criminoso	433
G) Licença-Maternidade	434
H) Afastamento por Interesse da Segurança Nacional	436
10.1.1. Retorno ao Trabalho	437
10.2. Hipóteses de Suspensão do Contrato de Trabalho	437
A) Suspensão Disciplinar	437
B) Falta Injustificada	437
C) Afastamento de Dirigente Sindical	437
D) Participação em Greve	438
E) Empregado Eleito Diretor	439
F) Acidente e Doença <u>com</u> Nexo Ocupacional	439
G) Acidente e Doença <u>sem</u> Nexo Ocupacional	442
H) Serviço Militar Obrigatório	443
I) Aposentadoria por Invalidez ou Auxílio por Incapacidade Permanente para o Trabalho	444
J) Participação em Curso de Qualificação	445
K) Mulher em Situação de Violência Doméstica	447
L) Prisão Preventiva do Empregado	447
10.2.1. Retorno ao Trabalho	448
10.3. Consequências da Interrupção e da Suspensão do Contrato de Trabalho	449

11. Extinção do Contrato de Trabalho	451
11.1. Extinção nos Contratos por Prazo Determinado	452
A) Extinção Antecipada <u>sem</u> Cláusula Assecuratória	452
B) Extinção Antecipada <u>com</u> Cláusula Assecuratória	454
11.2. Extinção nos Contratos por Prazo Indeterminado: Demissão	456
11.3. Extinção nos Contratos por Prazo Indeterminado: Dispensa sem Justa Causa	457
11.4. Distrato: Produto da Reforma Trabalhista	458
11.5. Plano de Desligamento Voluntário (PDV) e a Reforma Trabalhista	460
11.6. Dispensa por Justa Causa ou Justo Motivo	460
11.6.1. Verbas Rescisórias Pagas na Justa Causa	463
11.6.2. Hipóteses de Justa Causa e a Reforma Trabalhista	463
A) Ato de Improbidade	464
B) Incontinência de Conduta ou Mau Procedimento	464
C) Negociação Habitual	466
D) Condenação Criminal	467
E) Desídia	469
F) Embriaguez Habitual ou em Serviço	469
G) Violação de Segredo de Empresa	470
H) Indisciplina e Insubordinação	470
I) Abandono de Emprego	472
J) Ato Lesivo da Honra ou da Integridade Física Praticado contra Qualquer Pessoa	474
K) Ato Lesivo da Honra ou da Integridade Física Praticado contra o Empregador ou sua Pessoa	474
L) Jogos de azar	474
M) Perda Dolosa de Habilitação para o Exercício Profissional	475
N) Atos atentatórios à Segurança Nacional	476
O) Descumprimento de Normas de Saúde e Segurança do Trabalho	477
11.7. Extinção do Contrato por Despedida ou Rescisão Indireta	477
11.7.1. Verbas Rescisórias Pagas na Despedida Indireta	477
11.7.2. Hipóteses de Despedida Indireta	478
A) Serviços Superiores às suas Forças, Defesos por Lei, Contrários aos Bons Costumes, ou Alheios ao Contrato	479
B) Rigor Excessivo	480
C) Perigo Manifesto de Mal Considerável	480
D) Não Cumprir o Empregador as Obrigações do Contrato	481
E) Ato Lesivo da Honra do Empregado ou seus Familiares	481
F) Ofensas Físicas ao Empregado	482
G) Redução do Trabalho para Afetar o Salário	482

11.7.3. Imediatidade na Rescisão Indireta	483
11.7.4. Necessidade de Afastamento ou não do Trabalho	483
11.7.5. Improcedência da Ação de Rescisão Indireta	485
11.8. Extinção por Culpa Recíproca	485
11.9. Extinção por Força Maior ou Caso Fortuito	487
11.10. <i>Factum Principis</i>	488
11.11. Falência e Recuperação de Empresas	490
11.12. Aposentadoria Espontânea	491
11.13. Morte do Empregador Constituído em Empresa Individual	492
11.14. Dispensa Coletiva ou em Massa: Produto da Reforma Trabalhista	494
11.15. Homologação da Rescisão Contratual e a Reforma Trabalhista	495
11.15.1. Limites aos Descontos sobre as Verbas Rescisórias	496
11.16. O Artigo 477 da CLT e a Reforma Trabalhista	496
11.17. Termo de Quitação Anual: Produto da Reforma Trabalhista	500
11.18. Multa do Artigo 467 da CLT	502
12. Aviso Prévio	505
12.1. Incidência do Aviso Prévio	506
12.2. Contagem do Prazo	507
12.3. Aviso Prévio Concedido pelo Empregador e Redução do Trabalho	507
12.4. Aviso Prévio Concedido pelo Empregado	509
12.5. (I)rrenunciabilidade do Aviso Prévio	510
12.6. Natureza do Aviso Prévio e Efeito Projetivo	511
12.7. As Garantias de Emprego e o Aviso Prévio	512
12.8. Retratação do Aviso Prévio	514
12.9. Justa Causa e Despedida Indireta Durante o Aviso Prévio	515
12.10. Aviso Prévio Proporcional ao Tempo de Serviço	517
12.11. Aviso Prévio dos Trabalhadores Rurais	519
13. Prescrição no Direito do Trabalho	521
13.1. Prazos Prescricionais e a Reforma Trabalhista	521
13.2. Reconhecimento de Ofício ou não da Prescrição	524
13.3. Direito Imprescritível	524
13.4. Prescrição Total, Parcial e a Reforma Trabalhista	525
A) Supressão e Alteração de Comissões	528
B) Equiparação Salarial	528
C) Horas Extras	528
D) Gratificação Semestral	528
13.5. Interrupção, Suspensão da Prescrição e a Reforma Trabalhista	529
13.5.1. Suspensão da Prescrição e Decadência na Pandemia do COVID-19	532

13.6. Prescrição Intercorrente e a Reforma Trabalhista	532
13.7. Prescrição do FGTS	534
14. Decadência no Direito do Trabalho	537
14.1. Principais Diferenças entre Prescrição e Decadência	537
14.2. Hipóteses de Decadência no Direito do Trabalho	538
15. FGTS	541
15.1. Beneficiários do FGTS e casos peculiares	543
A) Servidores Públicos	543
A.1) Ingresso Irregular no Serviço Público	544
B) Domésticos	545
C) Diretores sem Vínculo de Emprego	546
15.2. Alíquotas, Base de Cálculo e Multa Compensatória	547
15.3. Prazo para Recolhimento, Atualização e Juros	549
15.4. Hipóteses de Movimentação da Conta Vinculada	550
15.5. Administração do FGTS: Conselho Curador	553
15.6. Gestão da Aplicação do FGTS	557
15.7. Agente Operador do FGTS: Caixa Econômica Federal (CEF)	558
15.8. Reforma Trabalhista, Distrato e FGTS	559
16. Estabilidade	561
16.1. Estabilidade nos Contratos por Prazo Determinado e no Aviso Prévio	562
16.2. A Polêmica das Nomenclaturas	562
16.3. Estabilidade Decenal	563
16.4. Estabilidade do Servidor Público Celetista	564
16.5. Dirigente Sindical	565
A) Administração do Sindicato e Delegado Sindical	565
B) Necessidade de Comunicação para o Empregador	566
C) Categoria Diferenciada	567
D) Aviso Prévio e Extinção da Empresa	567
E) Transferência do Dirigente Sindical	568
16.6. Diretores de Cooperativa	569
16.7. Cipeiros Eleitos	570
A) Extinção da Estabilidade dos Cipeiros Eleitos	572
16.8. Estabilidade da Gestante	573
A) Irrenunciabilidade	574
B) Contrato por Prazo Determinado e Aviso Prévio	574
C) Exames Pré-contratuais, Contratuais e Pós-contratuais	574
D) Aborto, Natimorto, Adoção e Falecimento da Mãe	575
16.9. Empregado Acidentado	577

A) Estabilidade Fora dos Requisitos Clássicos	581
B) Contrato por Prazo Determinado e Aviso Prévio	581
16.10. Conselho Nacional de Previdência (CNP)	582
16.11. Conselho Curador do FGTS	583
16.12. Comissão de Conciliação Prévia (CCP)	584
16.13. Pessoas com Deficiência e Reabilitados	586
16.14. Portadores de Doenças Graves	587
16.15. Comissão de Representantes dos Empregados: Produto da Reforma Traba- lhista	588
16.16. Consequências do Desrespeito aos Casos de Estabilidade	590
A) Casos que Requerem Inquérito Judicial para Apuração de Falta Grave	592
16.17. A Questão da Prescrição	593
17. Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos	595
A) Direitos Difusos	595
B) Direitos Coletivos em Sentido Estrito (<i>Stricto Sensu</i>)	596
C) Direitos Individuais Homogêneos	597
18. Direitos Constitucionais dos Trabalhadores	599
18.1. Artigo 7º da Constituição Nacional	600
18.1.1. Inciso I	600
18.1.2. Inciso II	600
18.1.3. Inciso III	601
18.1.4. Inciso IV	601
18.1.5. Inciso V	601
18.1.6. Inciso VI	602
18.1.7. Inciso VII	602
18.1.8. Inciso VIII	603
18.1.9. Inciso IX	603
18.1.10. Inciso X	603
18.1.11. Inciso XI	604
18.1.12. Inciso XII	604
18.1.13. Inciso XIII	605
18.1.14. Inciso XIV	605
18.1.15. Inciso XV	606
18.1.16. Inciso XVI	606
18.1.17. Inciso XVII	606
18.1.18. Inciso XVIII	606
18.1.19. Inciso XIX	607
18.1.20. Inciso XX	608
18.1.21. Inciso XXI	608

18.1.22. Inciso XXII	608
18.1.23. Inciso XXIII	608
18.1.24. Inciso XXIV	609
18.1.25. Inciso XXV	609
18.1.26. Inciso XXVI	610
18.1.27. Inciso XXVII	610
18.1.28. Inciso XXVIII	611
18.1.29. Inciso XXIX	611
18.1.30. Inciso XXX	612
18.1.31. Inciso XXXI	612
18.1.32. Inciso XXXII	612
18.1.33. Inciso XXXIII	612
18.1.34. Inciso XXXIV	612
18.2. Direitos Constitucionais dos Domésticos	613
18.3. Artigo 8º da Constituição Nacional	615
18.4. Artigo 9º da Constituição Nacional	616
18.5. Artigo 10 da Constituição Nacional	617
18.6. Artigo 11 da Constituição Nacional	617

PARTE III – DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

1. Introdução	621
1.1. Princípios do Direito Coletivo do Trabalho	621
1.1.1. Liberdade Sindical	621
A) Convenção nº 87 da OIT	622
1.1.2. Interveniência Sindical	623
1.1.3. Prevalência do Negociado Sobre o Legislado: Reforma Trabalhista	623
A) O Artigo 611-A da CLT: Produto da Reforma Trabalhista	624
B) O Artigo 611-B da CLT: Produto da Reforma Trabalhista	627
1.1.4. Princípio da Adequação Setorial Negociada	630
1.1.5. Poder Normativo das Normas Coletivas	630
1.1.6. Lealdade e Transparência das Negociações Sindicais	631
2. Organização Sindical	633
2.1. Estrutura Sindical	633
A) Sindicatos	633
A.1) Diferença entre Prerrogativa e Dever do Sindicato	635
A.2) Diferença entre Sindicato e Associação	636
A.3) Condições de Funcionamento do Sindicato	637
B) Federações	637

C) Confederações	638
D) Centrais Sindicais	639
2.2. Custeio da Estrutura Sindical	641
A) Contribuição Confederativa	641
B) Contribuição Assistencial	641
C) Contribuição Sindical ou Imposto Sindical e a Reforma Trabalhista	642
C.1) Contribuição Sindical ou Imposto Sindical e a posição do STF	646
2.3. A Classificação em Categorias	647
A) Categoria Profissional e Categoria Econômica	647
B) Categorias Similar e Conexas	650
C) Categoria Profissional Diferenciada	651
3. Comissão de Representantes dos Empregados: Produto da Lei nº 13.467/2017	653
3.1. Atribuições da Comissão de Empregados	654
3.2. Metodologia de Eleição da Comissão de Empregados	655
3.3. Garantia de Emprego dos Empregados Eleitos e Mandato	657
4. Acordo e Convenção Coletiva	659
A) Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho na Reforma Trabalhista	660
B) Mais Alterações da Reforma Trabalhista neste Assunto	661
C) Prazo e Vedação de Ultratividade: Reforma Trabalhista	663
D) Conteúdo Mínimo de uma Norma Coletiva	664
E) Disposições da OIT sobre a matéria	664
5. Greve	667
5.1. Procedimentos Preliminares Indispensáveis para a Greve	668
A) Tentativa de Negociação/Conciliação	669
B) Deliberação Autorizativa em Assembleia	669
C) Aviso Prévio sobre o Início da Greve	669
5.2. Efeitos da Greve Sobre o Contrato de Trabalho	670
5.3. Greve e Dispensa do Empregado	671
A) Greve Abusiva	671
B) Serviços cuja Paralisação Total Traga Prejuízos Irreparáveis	672
5.4. Greve e atos Criminosos	673
5.5. Greve em Atividades Essenciais	674
5.6. Militares e Servidores Públicos	677
5.7. <i>Lockout</i> ou <i>Locaute</i>	678
5.8. Greve Ambiental e Pandemia COVID-19	678

QUESTÕES POR PARTE

Questões da Parte I

Subtema 1 – História	683
----------------------------	-----

Gabarito	685
Subtema 2 – Fontes	687
Gabarito	690
Subtema 3 – Interpretação do Direito do Trabalho	692
Gabarito	692
Subtema 4 – Integração do Direito do Trabalho	693
Gabarito	694
Subtema 5 – Aplicação do Direito do Trabalho	695
Gabarito	697
Subtema 6 – Princípios	699
Gabarito	704
Questões da Parte II	
Subtema 1 – Relação de Trabalho e Relação de Emprego – Diferenciação	709
Gabarito	725
Subtema 2 – Formalização e Análise do Contrato de Emprego	731
Gabarito	736
Subtema 3 – Empregador	738
Gabarito	750
Subtema 4 – Terceirização	753
Gabarito	757
Subtema 5 – Jornada de Trabalho	759
Gabarito	765
Subtema 6 – Repouso Semanal Remunerado	768
Gabarito	769
Subtema 7 – Intervalos para Repouso e Férias	771
Gabarito	780
Subtema 8 – Salário e Remuneração	783
Gabarito	797
Subtema 9 – Alteração do Contrato de Trabalho	801
Gabarito	806
Subtema 10 – Interrupção e Suspensão do Contrato de Trabalho	808
Gabarito	818
Subtema 11 – Extinção do Contrato de Trabalho	822
Gabarito	836
Subtema 12 – Aviso Prévio	840
Gabarito	847
Subtema 13 e 14 – Prescrição e Decadência no Direito do Trabalho	849
Gabarito	857

Subtema 15 – FGTS	860
Gabarito	867
Subtema 16 – Estabilidade	870
Gabarito	879
Subtema 17 – Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos	882
Gabarito	883
Subtema 18 – Direitos Constitucionais dos Trabalhadores	885
Gabarito	893
Questões da Parte III	
Subtema 1 – Princípios do Direito Coletivo do Trabalho	897
Gabarito	906
Subtema 2 – Organização Sindical	911
Gabarito	914
Subtema 3 – Comissão de Representantes dos Empregados: Produto da Lei nº 13.467/2017	916
Gabarito	917
Subtema 4 – Acordo e Convenção Coletiva	918
Gabarito	923
Subtema 5 – Greve	925
Gabarito	931
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	935
Referências eletrônicas	936